

## *A nacionalização e repressão na escolas do Vale do Taquari (RS)*

Bibiana Werle<sup>1</sup>

Alvos de crítica de nacionalistas como Sívio Romero e Nina Rodrigues no início do período republicano, os efeitos do deslocamento de imigrantes alemães ao Brasil através de políticas imigratórias do governo imperial ao longo do século XIX provocaram reações também durante o Estado Novo (1937-1945). A justificativa do ataque a esses grupos se mantinha: o enquistamento étnico provocado pela não integração dos imigrantes alemães e seus descendentes à sociedade nacional mais ampla. Com o foco naquela que foi a primeira ditadura brasileira, este artigo aborda os diversos meios de repressão que estiveram relacionados aos teuto-brasileiros durante o governo varguista através de vestígios documentais encontrados no presente sobre este período, assim como das memórias narradas pelos descendentes de imigrantes alemães que vivenciaram as proibições e perseguições daquele passado. O conjunto de fontes anunciadas, relacionadas ao ambiente escolar da época, possibilita a compreensão sobre a repressão no âmbito educacional – um dos diversos cenários das ações da chamada Campanha de Nacionalização.

Iniciada a partir do Decreto-Lei 383 assinado por Getúlio Vargas em abril de 1938, mas intensificada com o alinhamento brasileiro aos Aliados após o afundamento de navios brasileiros e a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha em 1942, a Campanha de Nacionalização varguista, tinha como objetivo a difusão de uma versão acerca da identidade nacional brasileira e, entre as ideias que orientaram as ações dos agentes do Estado Novo para “nacionalizar” os brasileiros, estava a de dissolver a possibilidade de formação de quistos étnicos nas regiões marcadas pela imigração no país.

Inserindo o Brasil em um novo momento político nacional, em contraposição à Primeira República, que se caracterizava pelo liberalismo oligárquico e pela acentuada autonomia dos estados federais, o regime varguista pretendia unificar as partes da nação através de um

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, orientada pela professora Dra. Maria Teresa Santos Cunha. E-mail: bibiwerle@gmail.com

governo centralizado e agente da modernização do país. Após o dez de novembro de 1937, quando decretado então o Estado Novo, muitos imigrantes no Rio Grande do Sul passaram a sofrer intensamente com perseguições, delações, readequação de escolas e fechamento de associações culturais e religiosas. Representada por autoridades como J. P. Coelho de Souza, secretário de educação, e Aurélio da Silva Py, chefe de polícia estadual, a Campanha de Nacionalização passou a efetivar-se em ação conjunta com delegados e subdelegados municipais, além da atuação de civis que delatavam teuto-brasileiros em função de rixas pessoais ou motivos escusos.

Apesar de atingir imigrantes e descendentes de italianos, japoneses e alemães no Brasil, estes representaram o grupo étnico mais atingido pela campanha nacionalista em razão das críticas sobre a ideia de isolamento provocada pela manutenção das instituições de cunho étnico, da preservação da fala em idioma alemão e dos casamentos intraétnicos. Localizada no centro-leste do Rio Grande do Sul, a região do Vale do Taquari<sup>2</sup>, que integrou o processo colonizatório de imigrantes alemães por via das colônias particulares a partir de 1853 (AHLERT; GEDOZ, 2001), foi alvo da Campanha através da intervenção estatal em associações e instituições recreativas e culturais de caráter étnico, da censura sobre a imprensa bilíngue e do fechamento de escolas comunitárias, como também pela repressão aos teuto-brasileiros que ocorriam em situações cotidianas, como na utilização do idioma alemão durante conversas em locais públicos e privados. A seguir, analisamos através de documentos institucionais e de narrativas obtidas através da metodologia da História Oral, situações de repressão no ambiente escolar a que estes grupos estiveram ligados nos municípios do Vale do Taquari.

### **Cumprindo a Lei da Nacionalização: atos e efeitos**

Com o título “Cumprindo a lei de nacionalização do ensino”<sup>3</sup>, a nota publicada em setembro de 1940 no semanário *O Taquaryense*<sup>4</sup>, dava mostras de que a Campanha de Nacionalização estava sendo aplicada também no Vale do Taquari: “Pelo dr. Secretario da

---

<sup>2</sup> Atualmente, a região do Vale do Taquari engloba trinta e seis municípios: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália

<sup>3</sup> Os textos de matérias de jornais presentes neste artigo estão reproduzidos no formato original de linguagem.

<sup>4</sup> *O Taquaryense*, um jornal de cunho familiar, é o segundo jornal mais antigo do Rio Grande do Sul em circulação. Fundado em 31 de julho de 1887 por Albertino Saraiva, no município de Taquari, é o único semanário no país que permanece sob o comando da mesma família e único na América Latina produzido artesanalmente através da utilização de tipos móveis metálicos.

Educação foi mandada fechar no município de Estrela uma escola particular, cujo professor não ensinava o vernáculo sob a fútil alegação de que os alunos choravam, quando o professor pretendia ensinar-lhes o português.”<sup>5</sup> A nota sobre o fechamento de uma escola no município de Estrela, a mando do Secretário da Educação Coelho de Souza, descreve tendenciosamente o ocorrido: a alegação do professor, sobre o choro de seus alunos ao não quererem aprender o português, é descrita como fútil na publicação. Não apenas mostrando o que poderia ser interpretado como uma forma de resistência do professor, a nota de *O Taquaryense* nos permite refletir sobre como as ações da Campanha de Nacionalização reverberaram sobre cotidiano dos imigrantes alemães e seus descendentes. Aprender uma nova língua via imposição não foi tarefa fácil para aquelas crianças que narram hoje, na faixa dos oitenta anos, as lembranças da época:

Quando nós fomos para Arroio do Meio a gente não falava nada em português. Nada, nada, nada! Por isso que quando nós saímos de Conventos nós estávamos na 4º série, e quando nós chegamos em Arroio do Meio nós passamos para a 3º por causa da língua, porque nós não sabíamos falar, tivemos que primeiro aprender.

Sendo um dos ambientes de socialização das crianças e adolescentes, professores das escolas comunitárias tentavam manter em sala o idioma falado em casa por eles e pelos alunos, afinal, juntamente com outras instituições associativas, estas escolas operavam com “[...] critérios étnicos bem definidos” (SEYFERTH, 2000, p. 95) nas regiões de imigração alemã. No município de Estrela, a preocupação dos professores com a possibilidade de fiscalização em relação ao idioma ministrado, já aparecia noticiada em 1938, em matéria local do jornal *O Paladino*<sup>6</sup>, de 26 de fevereiro. O texto anônimo, chamado “Reunião de professores em Corvo”<sup>7</sup> contém o seguinte excerto: “O Revmo. P. Affonso Schmidt, concitou ao professorado a dar a maxima atenção ao vernáculo, para que o merito já publico e notorio das nossas escolas particulares mais e mais cresça, contribuindo tambem para segura e completa nacionalisação dos nossos centros rurais”. Se em 1938, no início do Estado Novo, já havia esta preocupação com o idioma por parte de professores e dirigentes das escolas comunitárias no Vale do Taquari, a nota, acima analisada, sobre o professor que instruía os alunos na língua alemã em 1940 pode ser considerada um demonstrativo das táticas utilizadas pelos educadores para driblar as ações da nacionalização forçada.

<sup>5</sup> O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2739, p. 2, 21 set. 1940, matéria local.

<sup>6</sup> Fundado por Antonio Cardoso em setembro de 1921, na cidade de Estrela, o jornal *O Paladino* (que se autodenominava como “o semanário de maior tiragem e circulação no Alto Taquari”) funcionou até o ano de 1941. Com uma tiragem entre mil e mil e quinhentos jornais por edição, *O Paladino* foi um semanário bilíngue que, publicado aos sábados, a cada domingo atingia não apenas o público da área urbana da cidade, mas também as pessoas da zona rural que “iam para a cidade” frequentar as missas dominicais.

<sup>7</sup> O PALADINO, ano 17, n. 805, p.2, 26 fev.1938, matéria local.

Com o passar dos anos, as ações da Campanha de Nacionalização foram intensificadas com a atuação de fiscais e demais autoridades locais que detinham a função de fiscalizar e controlar o cumprimento das medidas proibitivas decorrentes das normas estabelecidas. Em estudo realizado sobre a intervenção da política “nacionalizadora” na Comunidade Evangélica do município de Lajeado (CEL), bem como no Colégio Lajeadense<sup>8</sup>, a historiadora Silvana Faleiro (2005) observa o papel desempenhado pelo Sínodo Rio-Grandense<sup>9</sup> nestas duas instituições ligadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) local. Segundo Faleiro (2005, p.49), o presidente do Sínodo, Pastor Dohms<sup>10</sup>, instruiu as comunidades luteranas das regiões de imigração alemã a obedecerem estritamente às determinações do Estado, o que destruía a arquitetura do modelo comunitário de ensino baseada na autonomia.

Através dos registros encontrados nos livros de ata do Colégio Lajeadense e da CEL durante o período da Campanha de Nacionalização, Faleiro explica que tanto a direção do Colégio quanto a direção da CEL não compactuavam com as normas que precediam da documentação oficial, de modo que tentavam contornar da melhor forma a incompatibilidade das normas com a realidade que a escola mantinha. As portarias e correspondências recebidas pela Escola dos órgãos oficiais tratavam de reafirmar a ideia de que o Hino Nacional deveria ser entoado ao ser iniciado o turno de trabalho, por exemplo. Ao não compactuar com as normas advindas da Secretaria de Educação e Saúde Pública, a escola foi fechada em 1940 por intermédio da Delegacia de Polícia local.

A pesquisa realizada por Faleiro demonstra que o intuito da Campanha de Nacionalização, pelo menos no que tange ao Colégio Lajeadense, era o de proibir o idioma alemão, de reprimir o desenvolvimento de uma identidade étnica teuto-brasileira que se reformulava a todo o momento num ambiente propício para sua manutenção: a escola. No caso do Colégio, uma mudança realizada no direcionamento das ações burocráticas, como o canto do hino e a alteração no idioma após 1940, por exemplo, permitiram a reabertura da escola, que ainda contou com uma intervenção em setembro de 1941 quando, o até então “Colégio Lajeadense”, alterou seu nome para Colégio Alberto Torres, “[...] considerando que este grande brasileiro, em virtude de seus imensos serviços prestados à Pátria, merece a justíssima honra de servir de patrono para um estabelecimento de ensino [...]”, como consta em ata analisada pela historiadora (FALEIRO, 2005, p. 63).

---

<sup>8</sup> Atual Colégio Evangélico Alberto Torres – CEAT.

<sup>9</sup> Uma das primeiras estruturas eclesiais criadas para organizar o luteranismo no Brasil, o Sínodo Rio-Grandense, situado em São Leopoldo-RS, foi criado em 1886.

<sup>10</sup> Apesar da formação alemã, Dohms nasceu no Brasil e iniciou seu pastorado em Cachoeira do Sul (RS). Tornou-se presidente do Sínodo Rio-grandense em 1935. Em minha dissertação (WERLE, 2014), verificamos o papel de mediador desempenhado pelo pastor Dohms entre o Secretário de Educação e Saúde Pública do RS e os pastores das comunidades luteranas locais durante a Campanha de Nacionalização.

A fiscalização sobre os grupos escolares de Lajeado também é verificada através das visitas de inspeção dos “fiscais da nacionalização”, que visavam garantir que o vernáculo e a educação cívica estivessem sendo ensinados aos alunos, como observamos no Termo de Inspeção a seguir:

Termo de Inspeção

Aos 14 dias do mez de Maio de 1940, as 10,30 horas fiscalizei esta aula particular de Alto Sampaio, 7º distº, regida pela professora Dª Rosa Z. D.(?).

Estavam presentes 17 alunos de ambos os sexos, cujo adiantamento nas matérias de nacionalização é regular.

Alto Sampaio, 7º distº de Lajeado, 14 de maio de 1940. Prof. José (Fontoura?) - fiscal de nacionalização<sup>11</sup>.

Na documentação referente à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) de Lajeado, também observamos o autocontrole que as instituições deveriam ter em relação às atividades nas quais se usava o idioma alemão. Em um relatório produzido pela Igreja Evangélica num período posterior ao Estado Novo, verificamos a seguinte afirmativa: “O jardim de infância, instalado em 1934 e mantido com dificuldades teve que ser fechado em 1940. Em consequência da nacionalização faltava uma pessoa competente para dirigi-lo. Mas em 1941 já pode ser reaberto”<sup>12</sup>. A exigência de professores que ensinassem o vernáculo durante o Estado Novo se tornou um problema para antigos professores, que muitas vezes perdiam seu emprego, como também para os alunos, que eram obrigados a lidar com a abrupta mudança do idioma, como podemos observar na narrativa de Walter<sup>13</sup>, ao lembrar uma ocasião que envolvia um ex-colega:

Me lembro de um colega sim... Nessa época eu já tava aqui no São José, e ele, o meu colega, ele estudava no Alberto Torres [Colégio Lajeadense]. O jardim da casa dele dava pra atual rua Júlio de Castilhos, ali... E ele estava no jardim da casa dele falando com a mãe dele em alemão, que a mãe dele só falava alemão... E o delegado viu, tava passando na rua e viu, e prendeu o garoto. Não sei quanto tempo ele teve engaiolado, não sei se foi só um dia ou foi uma semana, isso eu não me lembro, mas eu me lembro que eu vi ele no pátio na cadeia sentado... Ele tinha a minha idade, isso deve ter sido lá por 41, 42. Mas era assim mesmo, na época era assim... era a época da ditadura, imagina o poder que um delegado tinha! Então eles faziam o que queriam e não acontecia nada... mas muita gente continuou falando alemão... Tava cheio de gente que não falava português, como a mãe desse garoto, como vai se comunicar, né?

Considerando a memória como uma narrativa construída no tempo presente e passível de alterações e flutuações (POLLAK, 1992), a narrativa de Walter representa a importância dada ao aprendizado da língua nacional para não ser alvo de perseguições naquele período. De acordo

<sup>11</sup> Termo de Inspeção, 14 maio 1940. Alto Sampaio, Lajeado. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro nº 0897.

<sup>12</sup> IECLB Estrela, relatório de autor desconhecido sobre a comunidade evangélica de Lajeado. Ano desconhecido, p.7.

<sup>13</sup> JAEGER, Walter. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

com Portelli (2006, p. 111), “tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”. Na história oral, tomamos conhecimento das representações das pessoas sobre os fatos, o que é significativo para o trabalho do historiador. Fundamental, apesar disso, é conhecermos os fatos para cruzarmos às representações e, daí, tentarmos compreender, com aporte teórico, o porquê de ser representado daquela forma. Durante o Estado Novo, as medidas proibitivas aos imigrantes através de decretos federais, as ações dos fiscais nas escolas, assim como as apreensões de objetos relacionados à imigração alemã em seus domicílios, são fatos que traziam à tona tensões que podem ser observadas nas narrativas de moradores do Vale do Taquari na atualidade.

Em relação à exaltação nacional e imposição do idioma português, por exemplo, os jornais eram um dos meios de acesso a artigos, notícias e publicações das normas estabelecidas pelas instâncias superiores. Em um texto enviado pela Agência Nacional a *O Taquaryense*, em abril de 1940, verificamos o tom regulador da matéria: “O que constitui a nacionalidade é propriamente a língua nacional. A morte de uma nação começa sempre pelo apodrecimento de sua língua”<sup>14</sup>. A frase, atribuída a Olavo Bilac, é tomada no texto como uma “verdade fundamental, que o Estado Novo compreende e transforma em lema e inspiração de muitas iniciativas”. Ainda enaltecendo a língua nacional, o texto expõe que “A boa linguagem, isto é, o idioma em sua formosura natural é uma das bases do nosso reerguimento”. Desprezar o culto à língua é tido como mau gosto pelo autor do texto, que considera isso com um ato de “dissolução” e “impatriotismo”.

Ainda crianças em idade escolar durante o Estado Novo, a tensão provocada pelas ações “nacionalizantes” pode ser observada nas narrativas de mulheres como as irmãs Wally<sup>15</sup> e Delcia<sup>16</sup>. Lembrando-se de uma situação em que a professora questionava a nacionalidade das alunas no Colégio Lajeadense, Wally narra: “Pra tu ver como eu era burrinha! Quando eu fui no colégio a professora perguntou ‘É da Alemanha?’ e eu apontei logo o dedo e disse ‘sou da Alemanha!’”. Delcia, contando suas experiências, comenta o medo que tinha da professora, o que demarca também a moralidade presente nas instituições de ensino da época: “Nós tinha medo da professora”. E Wally ressalta: “Professora falou, mãe falou, pai falou, era aquilo ali. Amém. Sem gozação nem nada... Não existia isso... A palavra dos pais e da professora, meu Deus! Ela era majoritária. Isso era uma mulher fora de série, era um respeito que tinha.”.

---

<sup>14</sup> “A boa linguagem como fundamento da reconstrução nacional” (O TAQUARYENSE, ano LIII, n. 2708, p. 1, 6 abr. 1940, matéria comprada).

<sup>15</sup> LOHMANN, Wally Edel. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

<sup>16</sup> FREITAS, Delcia Iaci Lohmann. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

Olavo Black, em livro memorialista escrito em 2004, também comenta as mudanças sofridas pelos alunos que recebiam novos professores e, se referindo à fiscalização sobre os educadores que ministravam aula em idioma alemão entre os anos 1930 e 1940, escreve:

Nos educandários de maior expressão, foram introduzidos ‘professores de nacionalização’. Em localidades de menor porte, ditos doutrinadores, literalmente mesmo contra a vontade da comunidade, assumiam a direção das escolas, sob desapropriação, em detrimento do antigo professor. [...] Em 1939, em Lajeado, a enviada governamental, sob este prisma, tentou impedir o Diretor Dick de lecionar ‘matérias de nacionalização’, como português, geografia e história. Arbitrariamente alegou que, pela nova lei, tais matérias deveriam ser ministradas por brasileiros e que ele era de *origem*. (BLACK, 2004, p. 68).

O rígido controle sobre as escolas mencionado por Black nos remete aos Termos de Inspeção, como analisamos anteriormente, e à narrativa do atual padre Álvaro<sup>17</sup>, que se lembra da preocupação que os professores tinham com os alunos que, por descuido, pudessem levar algum material escrito em idioma alemão para as aulas:

E lembro então que veio uma fiscal da Secretaria da Educação para ver se ainda tinha livros alemães no colégio. O professor já tinha advertido: ‘não tragam nenhum livro em alemão’. E o professor também nos comunicou: ‘daqui pra frente não se pode dizer mais nenhuma palavra em alemão, né, e no recreio, não falem nenhuma palavra em alemão. Quem falar, me avisem, que eu vou dar um castigo pra não esquecer’. E o primeiro e o único que falou uma palavra em alemão foi o Souza (risos) o Lauro, nosso colega. Nós estávamos em redor de um poço, aí ele disse o seguinte: “olha um ‘frosch’ [sapo, em alemão] (risos), pronto, então ele não pôde ir pro recreio no dia seguinte.

Atingindo a vida pública e os campos mais íntimos da vida privada, as ações dos fiscais do governo tinham como objetivo “abrasileirar” os teuto-brasileiros via imposição, como podemos observar através das fontes enunciadas, que se reportam ao âmbito escolar. É importante ressaltar, entretanto, como afirma Lúcio Kreutz (2005, p. 85), que “[...] não se pode atribuir pura e simplesmente o fim da escola teuto-brasileira à Campanha de Nacionalização do Ensino.” A questão no Rio Grande do Sul foi que a Campanha precipitou um processo que já vinha ocorrendo de maneira mais gradual. Para além do ambiente escolar, no entanto, a ideia de nacionalizar os imigrantes e seus descendentes também passava pelos ambientes dedicados à oração (instituições religiosas), ao divertimento (bailes), assim como pelo espaço mais reservado das pessoas, as suas próprias residências. Como podemos observar, ao reprimir a difusão de qualquer elemento identificado a uma germanidade, a Campanha de Nacionalização proibiu deliberadamente as manifestações culturais de caráter étnico nas regiões marcadas pela imigração, apesar das resistências e táticas constituídas para driblar situações conflituosas com os agentes do

---

<sup>17</sup> NOSCHANG, Álvaro R. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

governo. Para os imigrantes alemães e seus descendentes, o momento que se seguiu ao fim da Campanha ficou por certo tempo atrelado ao medo e ao trauma do autoritarismo a que se davam as ações.

### **Considerações finais**

Analisar documentos e narrativas que se relacionam à Campanha de Nacionalização em uma região específica do Rio Grande do Sul permite que tenhamos acesso a mais um dos focos onde as instâncias do governo brasileiro agiram com a finalidade estabelecer a imposição de uma identidade nacional sobre representações regionais e étnicas no país. Sendo que a eficiência da imposição de uma identidade nacional brasileira é uma questão que dificilmente pode ser encontrada no nível concreto dos documentos, é possível observar através dos relatos orais e memorialísticos que traços culturais não são eliminados abruptamente, mesmo sendo, ou talvez justamente sendo pela via da imposição. As identificações com as representações do Estado nacional brasileiro foram e vêm se dando no contato inter étnico, mas as características que os descendentes de imigrantes alemães carregam consigo ainda possuem traços de identificação étnica que, por ser dinâmica, é elaborada e reelaborada de acordo com o contexto em que estes grupos se inserem.

Os acontecimentos documentados e narrados que são analisados neste trabalho demonstram como aquele passado em que a imposição de uma identidade nacional, que entrou em choque com uma identidade étnica teuto-brasileira, há tempos em elaboração, não fazia sentido prático para o grupo de descendentes de imigrantes alemães entrevistados no Vale do Taquari. Através das entrevistas, percebemos que a introdução de símbolos nacionais e do idioma português nas escolas, por exemplo, não foram rejeitadas pelo grupo de imigrantes alemães e seus descendentes. Ao contrário disso, podemos ver através das narrativas que não há manifestações em oposição ao que vinha sendo incorporado à sociedade, mas sim à maneira como era imposto. As mudanças implementadas durante o Estado Novo ocorreram de forma abrupta e não deram margem para uma adaptação que ocorreria, mais cedo ou mais tarde, no contato social daqueles que eram considerados “não assimilados” pelo regime com os outros grupos étnicos existentes, afinal, as construções identitárias são elaboradas na constante interação com o outro.

### **Referências Bibliográficas**

AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. *Estudo e Debate*, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001, p. 49-91.

BLACK, Olavo. *Colinas da Esperança: Conventos – 150 anos de história*. Lajeado: Evangraf, 2004.

FALEIRO, Silvana R. *Colégio Evangélico Alberto Torres: memórias e história*. Lajeado: Univates, 2005.

KREUTZ, Lúcio. A Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. *Fronteiras. Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, p. 65-89, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 1ª edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.103-130.

SEYFERTH, Giralda. Identidade Nacional, Diferenças Regionais, Integração Étnica e a Questão Imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de C. Leite. (Org.). *Região e Tradição na América Latina*. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 81-109.

WERLE, Bibiana. *A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.